

Sarney endurece e susta negociação do sistema



O comando peemedebista reuniu-se na casa de Ulysses para exame final do texto parlamentarista a constar do substitutivo

Rubem Azevedo Lima



Por entender que não há mais o que negociar, em termos de opção entre parlamentarismo e presidencialismo, o Governo determinou aos constituintes considerados leis ao presidente José Sarney que "batam chapa", na Constituinte, contra os parlamentaristas (ou seja, decidam a questão pelo voto).

O Palácio do Planalto dispõe de cálculos, feitos por líderes da Aliança Democrática e pelo próprio SNI — cujo chefe, general Ivan Mendes, tem tido vários encontros com próceres políticos — segundo os quais os presidencialistas estão em maioria na Constituinte.

Um mês depois de instalada a Assembleia, as primeiras pesquisas sobre esse tema indicavam, no entanto, uma nítida inclinação pró-parlamentarista. Aquela época, os partidários do parlamentarismo representavam 63% da Assembleia, contra pouco mais de 30% de presidencialistas.

Nas audiências que teve ontem com alguns constituintes, Sarney foi categórico: "Não tem mais o que negociar. Portanto, agora, é bater chapa".

Essa versão foi contada a diversos constituintes, pelo deputado Maurício Nasser, do PMDB do Paraná. Com o deputado Roberto Freire, do PCB pernambucano, o diálogo de Sarney foi mais evasivo.

Durante a conversa, o líder do PCB na Constituinte reafirmou sua posição favorável ao parlamentarismo, mas o Presidente não fez nenhum comentário, nem mesmo quando Freire insistiu em que o sistema parlamentarista seria o ideal para a superação das dificuldades econômicas, sociais e políticas do Brasil.

Os vários interlocutores do Presidente transmitiram, na Constituinte, a impressão de que Sarney, apesar da disputa entre parlamentaristas e presidencialistas, está tranquilo e seguro quanto à possibilidade da vitória da tese que interessa ao Palácio do Planalto.

Riscos

Apesar das previsões otimistas do Planalto, diversos parlamentaristas, como o próprio Freire, crêem que o Governo esteja blefando e que, na ocasião oportuna, vai estimular novas rodadas de negociações "pois o parlamentarismo

— explicou o líder do PCB — será mesmo vitorioso na votação".

A rigor, os cálculos publicados ontem pelo *Jornal de Brasília*, que davam 250 votos em favor dos parlamentaristas e 220 para os presidencialistas, foram considerados modestos, pelos primeiros, e exagerados, pelos segundos. Deixaram de ser considerados os votos de 89 constituintes, o que pode, em tese, modificar o resultado da disputa entre os dois grupos.

Mas, em contrapartida, no total provisório de 250 votos presidencialistas estão os 25 dos 26 constituintes do PDT, oito dos dois grupamentos comunistas, os de 26 representantes do PDS e mais 16 do PT. De todos esses votos, no total de 49, sem contar o do pedetista favorável ao parlamentarismo, pelo menos 40 deverão optar pela redução do mandato de Sarney para quatro anos, se o presidencialismo for vitorioso. Nesse caso, o Governo ficará sem nenhuma garantia de êxito para preservar o mandato presidencial de cinco anos. "Se o parlamentarismo não vingar — salientou Roberto Freire — o presidencialismo com quatro anos de mandato para Sarney será inevitável."

Blefe

Corroborando a impressão de Freire, de que Sarney estaria blefando, quanto ao presidencialismo, um grupo de parlamentaristas, de que faziam parte, entre outros, os senadores Marcondes Gadelha (PFL-PB) e José Richa (PMDB-PR) e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), trabalhava, à noite, no Congresso, sobre nova alternativa para o parlamentarismo, com mandato de cinco anos para o atual Presidente. No quinto ano, ainda sob o governo Sarney, em 1989, seria implantado o parlamentarismo. Esse grupo explicava tal opção com argumentos do próprio Sarney, segundo os quais não lhe ficaria bem, após defender o mandato de cinco anos, aceitar seis anos de governo, ainda que sob o parlamentarismo.

Os parlamentaristas garantiam ainda que a nova proposta reunificaria a Constituinte e já contava com o apoio do senador Marco Maciel, presidente do PFL e presidencialista convicto. A maior resistência ao parlamentarismo provinha, porém, do líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço. A impressão dominante era a de que o Planalto, convencido de que venceria no acessório (o sistema de Governo), mas perderia no principal, a duração do mandato de Sarney, resolveria não correr nenhum risco.

Brossard quer mudança só no novo governo

São João Del Rei (MG) — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, lançou ontem a fórmula de sistema de governo que ele acredita seja a solução possível para o impasse entre a maioria constituinte e o presidente José Sarney: parlamentarismo adotado em sua "inteireza" a partir do próximo governo. Brossard fez essa pregação em discurso durante a solenidade em que foi agraciado com o título de cidadão honorário de São João Del Rei, na Câmara municipal. Ele criticou as soluções híbridas e lembrou que o espírito de conciliação, a paciência e a tolerância de Tancredo Neves asseguraram a primeira fase de transição democrática, sustentada, nesses dois anos e meio, pelo seu substituto, José Sarney, com o apoio das Forças Armadas.

Em entrevista, o ministro da Justiça assegurou estar manifestando apenas o seu pensamento, mas admitiu que o presidente Sarney estaria sensível a essa proposta: "Eu não posso falar em nome do presidente Sarney em assunto dessa natureza, mas esta me parece uma solução muito possível e que tem antecedentes históricos", disse.

Assessores de Brossard informaram, entretanto, que o ministro conversou com o presidente Sarney quarta-feira antes de embarcar para Minas Gerais.

Jader no Mirad

O ex-governador do Pará, Jader Barbalho, deverá ser convidado pelo presidente José Sarney para ocupar o ministério da Reforma Agrária, vago com a morte de Marcos Freire. A intenção do presidente foi manifestada ao governador Hélio Gueiros, na audiência que os dois tiveram quarta-feira em Brasília. Segundo Gueiros, o próprio Sarney tomou a iniciativa de falar sobre o assunto, dizendo que iria convidar Barbalho para o Ministério. "E eu dei todo o meu apoio" — afirmou o governador paraense.

Golbery

Durante todo o dia de ontem permaneceu inalterado o estado de saúde do general de reserva Golbery do Couto e Silva, 76 anos, internado há 14 dias no hospital Sírio-Libanês para tratamento de um câncer no pulmão direito. Desde a última segunda-feira o ex-ministro está com um quadro clínico irreversível, consequência de uma insuficiência respiratória, e foi considerado pelos médicos paciente terminal.

Ele permanece inconsciente e sobrevive com o auxílio de máscara de oxigênio e sonda para alimentação.

Derrota admitida

O secretário-geral do PDS, senador Virgílio Távora, o líder do PDT, Brandão Monteiro, o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) e o vice-líder do PT, José Genoino, admitiram, ontem, a derrota dos parlamentaristas na Comissão de Sistematização e no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Uns atribuem a provável vitória do Governo ao fato de ter agido com competência. Outros à divisão dos parlamentaristas em vários grupos que não conseguiram chegar a um entendimento.

Rejeição aos 6

O presidente Sarney afirmou, ontem, ao deputado peemedebista Irajá Rodrigues (RS) que não aceitará qualquer fórmula de adoção do Presidencialismo que implique na sua permanência no poder até 1990. O Presidente lembrou ao parlamentarista gaúcho ter assumido um "compromisso público por um mandato de cinco anos, não podendo, desta maneira, aceitar propostas que impliquem sua permanência no cargo por seis anos".

PFL quer mudar

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, afirmou em Blumenau que o PFL está disposto a alterar sua sigla e até o programa para se unir a setores do PDS e outros partidos, inclusive o PMDB, com o objetivo de formar uma estrutura partidária para disputar as eleições para a Presidência da República.

Presidente não se define e confunde os constituintes

Andrei Meireles

"O presidente José Sarney tem de tomar uma posição afirmativa. Não dá mais para ser ora presidencialista, ora parlamentarista". O desabafo irritado do deputado José Lourenço, líder do PFL, feito no início da noite, reflete as desencorajadas manifestações de Sarney em várias conversas ontem com parlamentares, que produziram grande confusão entre os Constituintes.

Em tom solene, o deputado Cid Carvalho, adepto do parlamentarismo gradual, chegou a anunciar à tarde a decisão de Sarney de não mais negociar. À noite, o deputado Luiz Henrique, líder do PMDB, descartou: "Isto é jogo de cena. Ninguém tem certeza da maioria, que é fluida e imprevisível. Portanto, há de negociar. O Planalto pode até garantir a aprovação do presidencialismo, se forçar a barra. Neste caso, pode dar também um mandato presidencial de quatro anos".

À noite, na residência do deputado Ulysses Guimarães, o comando do PMDB reuniu-se com o deputado Bernardo Cabral para o exame final do texto parlamentarista que constará do substitutivo a ser entregue hoje à Comissão de Sistematização. Durante o dia, chegou a ser examinada a possibilidade de mais uma prorrogação de prazo para facilitar as negociações, mas a ideia não ganhou corpo. O deputado Ibsen Pinheiro, vice-líder do PMDB, explicou que se tiver de sair acordo, a presença de prazo ajuda: "Entendimento só sai na undécima hora, quando não dá mais para ninguém blefar".

Reabertura

Pela manhã, em algumas das audiências que concedeu a parlamentares, Sarney assegurou que estava descartado qualquer acordo e que o sistema de governo iria mesmo ser definido pelo voto. A informação repercutiu na Constituinte. Mas, no início da tarde, após mais um encontro com o relator Bernardo Cabral, e atendendo a apelo dos parlamentaristas do PFL, o senador Marco Maciel foi ao Palácio e saiu de lá com a negociação reaberta.

Aureliano critica pressões

Salvador — "O congressista consciente não se submete a pressão", afirmou ontem o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ao comentar as pressões que vem sendo feitas pelo Governo junto aos constituintes objetivando, principalmente, manter o sistema presidencialista.

Ao enfatizar que "para quem tem independência e consciência" não há pressão que o faça votar diferentemente daquilo que considera correto, Aureliano Chaves lembrou: apesar de ter sido um dos integrantes do movimento "revolução de 1964", quando o Executivo pediu licença ao Legislativo para que o deputado Márcio Moreira Alves respondesse a

Pouco depois, o deputado Israel Pinheiro Filho esteve no Planalto e retornou ao Congresso Nacional com a informação que ele e o deputado Cid Carvalho passaram a difundir amplamente: "Sarney definiu-se oficialmente pelo presidencialismo. Não há mais negociação".

Mais tarde, o ministro Rafael de Almeida Magalhães, da Previdência, levou a Sarney um recado do deputado Ulysses Guimarães: as negociações não deveriam ser interrompidas. Junto com o recado, o ministro entregou ao presidente cópia da emenda apresentada pelo deputado Manoel Moreira (PMDB), — elaborada sob inspiração de Ulysses —, que propõe o chamado presidencialismo congressional.

Preferência

No final da tarde, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, chegou eufórico ao Congresso com a informação de que a negociação estava reaberta, com ampla perspectiva de um acordo em torno do parlamentarismo. E assegurou que o parlamentarismo já tinha naquele momento a preferência da metade da bancada do seu partido, contrariando todas as informações fornecidas nos últimos dias pelo próprio comando do PFL.

As informações de Chiarelli foram recebidas com ceticismo por muitos parlamentares. Mas a irritação demonstrada mais tarde por José Lourenço confirmava uma reviravolta no PFL. O PMDB, contudo, não está contando muito com isto. O senador José Ignácio, relator auxiliar de Cabral, informou que o PMDB decidira fechar uma proposta parlamentarista, independentemente dos outros partidos, ontem à noite.

Ontem, foi um dia de muitas reuniões. Pela manhã, na casa de Ulysses, uma reunião entre as lideranças do partido e Bernardo Cabral examinou os pontos não-polêmicos do substitutivo. À tarde, na casa do deputado Euclides Scalco, o substitutivo voltou a ser examinado pelos líderes do partido. Cabral não participou. Entre outros compromissos, ele se encontrou no Planalto com o ministro Ronaldo Costa Couto.

processo judicial por discurso considerado ofensivo feito da tribuna, o atual ministro das Minas e Energia, então um congressista, não votou a favor.

Ressaltando que é defensor do sistema presidencialista, Aureliano Chaves disse que "nos últimos tempos houve uma exacerbação do poder do Presidente da República".

Contudo, ressaltou, se os constituintes quiserem caminhar para um parlamentarismo, que seja implantado um parlamentarismo puro. Argumentou que, como esse tema não foi debatido no período eleitoral, cogitar agora a implantação do parlamentarismo "destoa da representatividade que a vida parlamentar imprime".

PFL adverte sobre rejeição

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, foi advertido por lideranças do PFL de que a rejeição do parlamentarismo, por força de pressão do Palácio sobre os constituintes, levará "expressivo" setor do partido a adotar posição em favor dos quatro anos de mandato para o presidente Sarney.

Sant'Anna conversou durante cerca de três horas, na tarde de quarta-feira, com os deputados Alcení Guerra, vice-líder, e Saulo Queiroz, secretário-geral, e o senador Carlos Chiarelli, líder da bancada no Senado, e ficou de levar o conteúdo da reunião ao Presidente.

A implantação do parlamentarismo foi defendida por Guerra, Queiroz e Chiarelli com o argumento da necessidade de criar um novo pacto, sem o qual o Governo não terá mais sustentação política no Congresso. A fórmula seria a gradual, e o presidente Sarney conservaria seus poderes, pois o

Richa diz que será difícil evitar crise

Depois de uma veemente defesa do sistema parlamentarista, o senador José Richa (PMDB-PR) disse ontem que dificilmente a Constituinte conseguirá aprovar um modelo presidencialista sem provocar uma crise. "Não há nenhuma proposta presidencialista que possa unificar os constituintes, nem na Comissão de Sistematização, nem no plenário" — afirmou.

Nas últimas horas, Richa conversou sobre o sistema de Governo com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, com o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE) e com o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-PR). Ontem de manhã lançou sua proposta parlamentarista: o presidente Sarney teria seis anos de mandato, mas o novo sistema estaria plenamente instalado já em 1989.

Em todas as conversas que manteve, disse ter percebido receptividade a uma proposta conjunta.

Em todas as conversas que manteve, disse ter percebido receptividade a uma proposta conjunta. Com o general Leônidas, a conversa foi a melhor possível, segundo o senador. "Ele se mostrou bastante receptivo a um entendimento, mais até do que eu esperava", disse.

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

AOS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- O Ministério da Previdência e Assistência Social convoca seus funcionários a manterem em funcionamento normal as unidades de prestação de serviços e de direção do sistema previdenciário, ameaçado pela convocação irresponsável de uma greve por tempo indeterminado. A paralisação, a pretexto de pressionar o Governo por melhorias econômicas, afeta os segurados e a população em geral, sobretudo os mais pobres e mais dependentes do serviço público. Portanto, é dever do Governo e do servidor evitá-la.
- As reivindicações apresentadas em nome dos funcionários da Previdência, além de patentemente irrazoáveis, não podem ser atendidas, mesmo em parte, no momento atual, em face da difícil conjuntura econômica que o País atravessa. Os pseudo representantes dos servidores foram informados dessas restrições de maneira franca. Também foram comunicados da decisão do Ministério de acelerar a revisão do plano de cargos e salários em toda a Previdência, o que contemplará, no momento oportuno, as aspirações dos servidores.
- Em relação às pretensões de aumentos salariais imediatos, o Governo, por decisão de todo o Ministério reunido em 27/08/87 e formalizada através do Decreto 94.666, deixou clara a impossibilidade de seu atendimento, em face do compromisso solene assumido de reduzir em 7%, em termos reais, os gastos com pessoal na administração pública no segundo semestre deste ano, em relação ao primeiro. A despeito dessa decisão, comunicada à Nação pelo próprio Presidente da República, e depois de seu anúncio público, houve a convocação da greve geral na Previdência por tempo indeterminado.
- Repete-se, assim, uma estratégia de radicalização que já fracassou no ano passado, com custos para os segurados e para os próprios previdenciários, e sem qualquer benefício prático. Como no ano passado, o Ministro espera que a maioria dos servidores não acompanhe a liderança insensata. No Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Sergipe e Rondônia, por exemplo, a proposta de paralisação foi repelida por toda a categoria.
- Em respeito à maioria que não aderiu a greve, estamos concluindo a elaboração do Plano de Cargos e Salários, que será enviado ao Congresso Nacional até o final deste mês para aprovação, isto é, um mês antes do prazo de 180 dias, fixado pelo Congresso pela Lei nº 7.604 de 26 de maio de 1987. A precipitação da greve é, portanto, um gesto insensato, que busca o confronto, a provocação e não o atendimento das reivindicações dos servidores da Previdência Social.
- Como é dever dos dirigentes deste Ministério, dos presidentes das suas autarquias INAMPS, INPS e IAPAS, bem como dos superintendentes regionais, diretores e chefes de postos, todo o empenho será feito para assegurar o funcionamento dos serviços e o acesso ao trabalho dos funcionários. Deve ser evitada, de forma enérgica, a formação de piquetes que impeçam, com violência, o acesso ao serviço. A greve é inoportuna, confronta uma decisão de Governo e prejudica a população. É manifestamente ilegal. Seus reponsáveis devem ser advertidos para as consequências de seus atos à vista da legislação em vigor.

Brasília, 18 de setembro de 1987.
RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES
 Ministro da Previdência e Assistência Social